

**Tema: Os impactos contábeis na adoção inicial dos CPCs nas empresas de grande porte do Brasil no seguimento de telecomunicações.**

**Autor: Diego Cezar Couto Becker**

## RESUMO

A Contabilidade brasileira vem passando por um intenso processo de convergência para as normas internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standard), com a adoção da Lei nº 11.638/07, alterando e revogando dispositivos da Lei nº 6.404/76. O comitê de pronunciamentos contábeis foi criado e começou a emissão dos CPC's, e dos ICPC's promoveu uma verdadeira revolução na contabilidade brasileira. No exercício findo em 2010, todas as empresas com ativos superiores a 240 milhões ou receita bruta superior a 300 milhões elaboraram demonstrações financeiras em consonância com as normas internacionais de contabilidade - IFRS. Sem sombra de dúvidas a harmonização das práticas contábeis brasileiras com as práticas contábeis internacionais trouxe inúmeros benefícios à economia do país, como por exemplo, mais competitividade para as companhias em razão da maior exposição a que serão submetidas, novos investidores ao redor do mundo poderão analisar demonstrações financeiras de empresas brasileira, culminando em um mercado de capitais mais forte e maduro. No entanto, é crucial conhecer e entender as mudanças advindas dessa transição que impactam diretamente o padrão de demonstrações financeiras aos quais investidores, analistas de mercado e acionistas estavam acostumados.

Palavras-Chave: Contabilidade, CPC, Normas internacionais de contabilidade, IFRS, IASB.

## Abstract

Brazilian accounting has undergone an intense process of convergence to international financial reporting standard (ifrs), with the adoption of law 11,638 / 07, amending and repealing provisions of law 6,404 / 76. The accounting pronouncements committee was created and the issuance of cpcs began, and the icpc's promoted a real revolution in brazilian accounting. For the year ended 2010, all companies with assets in excess of 240 million or gross income exceeding 300 million have prepared financial statements in accordance with international financial reporting standards (ifrs). Clearly, the harmonization of brazilian accounting practices with international accounting practices has brought numerous benefits to the country's economy, such as greater competitiveness for companies because of the greater exposure they will be subjected to, new investors around the world will be able to analyze financial statements of brazilian companies, culminating in a stronger and more mature capital market. However, it is crucial to know and understand the changes arising from this transition that directly impact the pattern of financial statements to which investors, market analysts and shareholders were accustomed to.

Key words: Accounting, CPC, International Accounting Standards, IFRS, IASB.

## INTRODUÇÃO

A União Européia emitiu em 2002, regulamentação no sentido de que as companhias com ações negociadas em bolsas de valores adotassem como padrão para elaboração e apresentação de suas demonstrações financeiras as *International Financial Reporting Standards* – *IFRS*, ou seja, as Normas Internacionais de Contabilidade, a partir de 1º de janeiro de 2005. Com isso, o primeiro passo rumo a um padrão contábil global foi dado.

O Brasil deu início ao seu processo de alinhamento ao padrão internacional de contabilidade a partir da criação da Lei 11.638/07 sancionada pelo presidente em 28 de Dezembro de 2007, alterando em certos dispositivos a Lei 6.404 de 1976. Desde então, diversos pronunciamentos técnicos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC no intuito de adequar progressivamente as práticas contábeis locais aos padrões internacionais de elaboração e apresentação requeridos pelas *IFRSs*.

Neste contexto, este trabalho teve por objetivo apresentar os principais impactos para as demonstrações financeiras das empresas de grande porte do Brasil no seguimento de telecomunicações na adoção inicial dos CPCs. E está delimitado a análise dos impactos da adoção inicial dos CPCs sobre as demonstrações financeiras de companhias abertas do setor de telecomunicações.

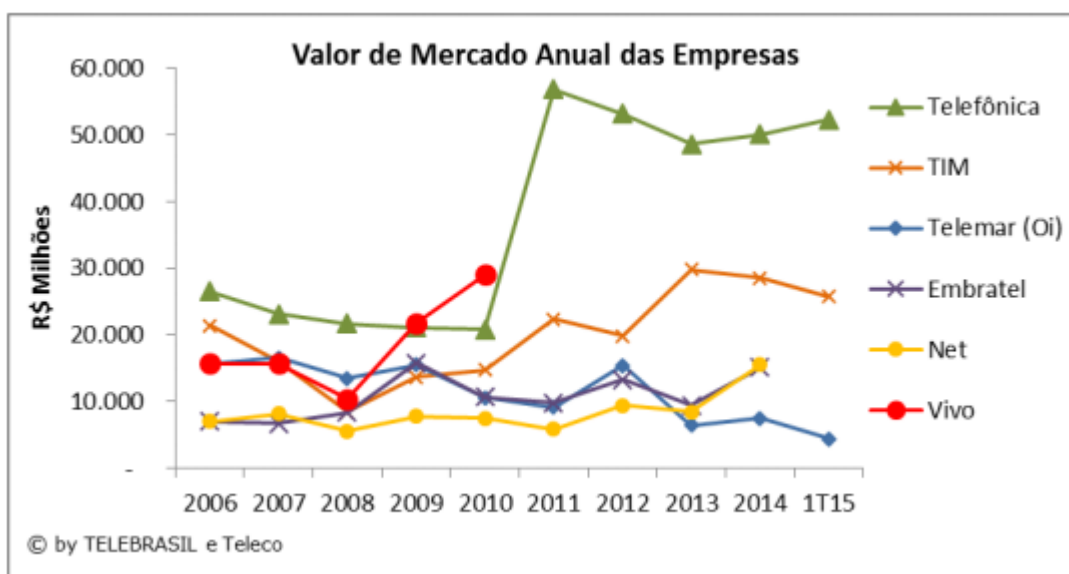
A situação-problema abordada foi a dos impactos na adoção dos CPCs pelas empresa de grande porte brasileiras no segmento de telecomunicações e como modificaram as demonstrações financeiras dessas companhias.

Por meio dessa pesquisa procura-se analisar quais foram os CPCs que mais impactaram na elaboração das demonstrações financeiras em sua adoção inicial das empresas de grande porte no Brasil. Espera-se que o estudo possa contribuir como fonte de informação e suporte para esclarecimento de dúvidas sobre o assunto que é de extrema relevância para os profissionais de contabilidade e todos os usuários das demonstrações financeiras das entidades.

## ALGUNS INDICADORES DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

O crescimento do valor de mercado das principais companhias abertas do setor de telecomunicações se demonstrou evidente nos últimos anos. Este aspecto, juntamente com outros fatores anteriormente abordados, aponta a importância do setor para a economia nacional. A figura 04, a seguir, demonstra os *Market Caps* das principais empresas do setor no período entre 2006 e 2010. Considera-se como premissa que *Market Cap* ou valor de mercado é representado pela somatória do valor das ações emitidas para negociação em bolsa em determinada data.

**FIGURA 04 – VALOR DE MERCADO DAS PRINCIPAIS EMPRESAS (em R\$ bi)**



R\$ MILHÕES	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	1T15
Telemar (Oi)	15.634	16.568	13.469	15.530	10.564	9.100	15.454	6.464	7.546	4.407
Telefônica	26.547	23.101	21.670	21.100	20.816	56.850	53.113	48.618	50.079	52.243
Embratel	6.971	6.763	8.413	15.783	10.670	9.847	13.311	9.425	15.133	-
Tim	21.404	16.035	8.479	13.648	14.738	22.339	19.825	29.809	28.520	25.760
Vivo	15.733	15.744	10.415	21.765	29.004	-	-	-	-	-
Net	7.066	8.199	5.544	7.773	7.538	5.820	9.444	8.458	15.550	-

Nota: No 2T11 a Telesp incorporou a Vivo e passou a ser chamada Telefônica

(Fonte: Bovespa)

A BM&F BOVESPA publica o Índice Setorial de Telecomunicações - ITEL que tem por objetivo oferecer uma visão segmentada do mercado acionário, medindo o comportamento do setor de telecomunicações. O ITEL é composto pelas empresas mais representativas do setor de telecomunicações (incluindo telefonia fixa e celular), cujos papéis são ponderados pelo valor de mercado das ações em circulação.

Seguindo experiências mais recentes de índices internacionais, a BM&F BOVESPA resolveu adotar para o cálculo do ITEL a ponderação por "*free float*" (quantidade de ações em circulação), ou seja, são excluídas do cálculo as ações nas mãos dos controladores. Além dessa característica, a BM&F BOVESPA estabeleceu um limite de capitalização de 20% para cada companhia componente da carteira. Tal critério foi adotado para evitar que uma empresa com elevado valor de mercado possa ter um papel extremamente preponderante no desempenho do índice, prejudicando o reflexo do desempenho dos demais papéis. O ITEL foi originalmente fixado com uma base de 1.000 pontos para a data de 30 de dezembro de 1999. Serão incluídas na carteira do índice as ações que atenderem aos seguintes critérios:

- Participação em termos de volume financeiro superior a 0,01% do volume do mercado à vista (lote-padrão) da BM&F BOVESPA nos últimos doze meses;
- Participação em termos de presença em pregão superior a 80% nos últimos doze meses;
- Valor mínimo de "*free float*" de R\$ 20 milhões.

Quando da distribuição de proventos por empresas emissoras de ações pertencentes ao índice, serão efetuados os ajustes necessários de modo a assegurar que o índice reflita não somente as variações das cotações da ação, como também o impacto da distribuição dos proventos. Em função desta metodologia, o ITEL é considerado um índice que avalia o retorno total das ações componentes de sua carteira. A BOVESPA calcula o ITEL em tempo real,

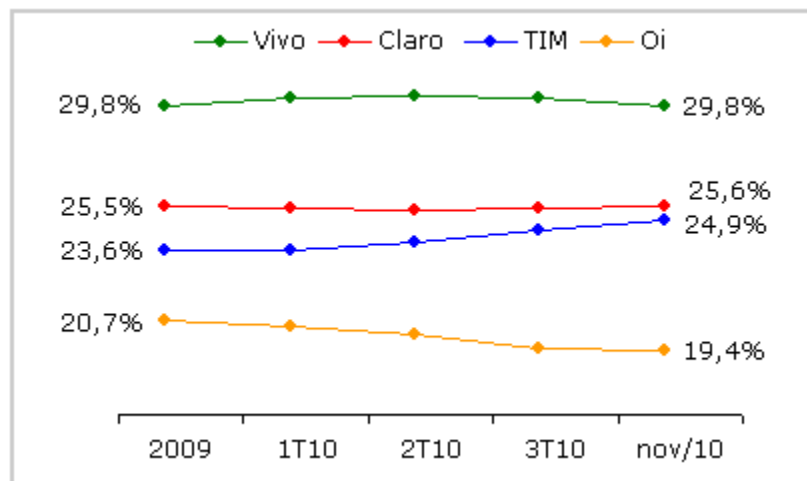
considerando os preços dos últimos negócios efetuados no mercado à vista (lote-padrão) com ações componentes de sua carteira. Os segmentos que mais exercem influência sobre o setor de telecomunicações são o de telefonia móvel e o de telefonia fixa.

Após as privatizações, apesar do avanço do número de acessos fixos, os aparelhos celulares passaram a concorrer diretamente com o telefone fixo por permitirem um gasto mensal teoricamente menor. De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em 2010 existiam no Brasil cerca de 202,9 milhões de acessos móveis (dos quais 82,3% eram pré-pagos). A participação dos aparelhos com tecnologia GSM atingiu 87,8%. A tecnologia W-CDMA terminou o ano com uma participação de 7,2%, crescimento considerável se comparado aos 2,4% em 2009. O aumento da participação desta tecnologia esteve apoiada na difusão da tecnologia 3G (terceira geração) entre os consumidores. As demais tecnologias representavam juntas 5% de participação.

As concessões para a exploração da telefonia celular pela iniciativa privada levaram ao estabelecimento de um forte regime de concorrência no setor. Os maiores grupos do mercado (2010) foram a Vivo (Grupo Telefónica), com 29,7% dos acessos móveis, seguida pela Claro (Grupo Telmex), com 25,4%, TIM (Grupo Telecom Itália), com 25,1% e Oi (Grupo Telemar), com 19,4%. Em 2010, a receita líquida total do setor atingiu R\$ 53,6 bilhões (soma das receitas líquidas das 4 principais operadoras – Vivo, Claro, TIM e Oi).

A figura 05, a seguir, demonstra o razoável equilíbrio entre as principais concorrentes do segmento de telefonia móvel no Brasil entre 2009 e 2010.

**FIGURA 05 – MARKET SHARE - TELEFONIA MÓVEL**



(Fonte: TELECO<sup>1</sup>)

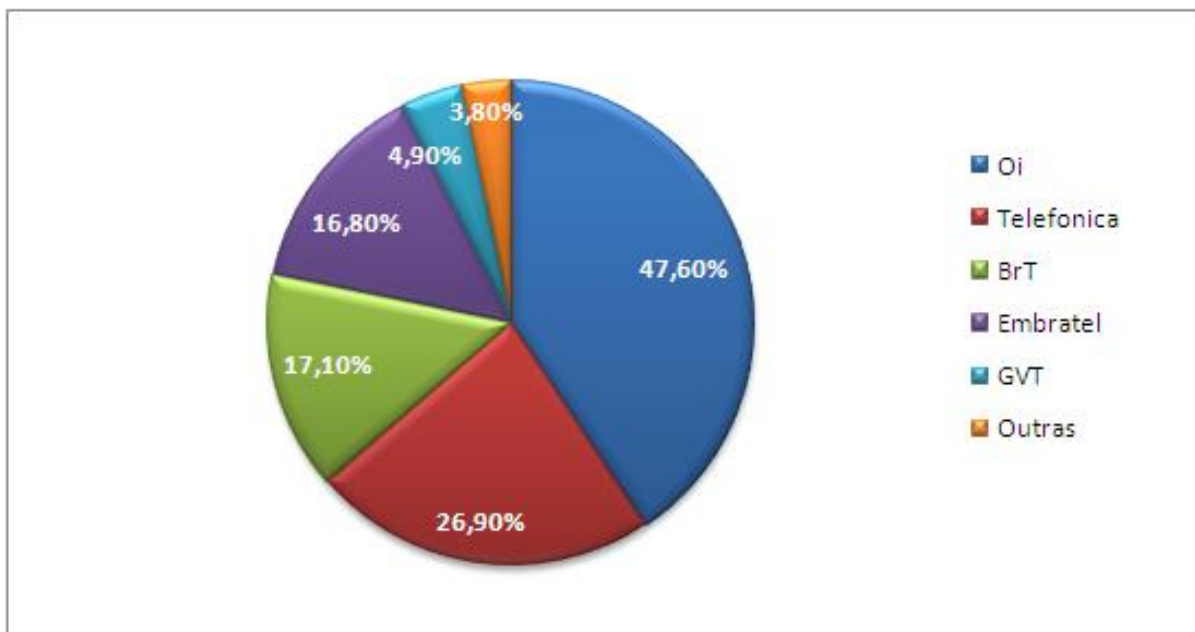
Composto por concessionárias (77,1% das linhas em serviço em 2010) e empresas autorizadas pela ANATEL (22,9%). A receita líquida do setor foi estimada em R\$ 58,9 bilhões (2010), com a maior parte vindo dos serviços de telefonia fixa. Em relação ao *market share* a operadora Oi (Grupo Telemar) continuou dominando o mercado nacional de telefonia fixa com uma participação de 47,6%. Em segundo lugar veio a Telesp (Grupo Telefónica) com uma participação de 26,9%. A BrT (Grupo Telemar) veio em terceira, com 17,1%, seguida pela Embratel (Grupo Telmex) no quarto lugar, com participação de 16,8% e GVT, em quinto lugar, com uma participação de 4,9%.

A seguir, a figura 06 destaca as participações de mercado das operadoras de telefonia fixa em 2010.

<sup>1</sup> TELECO: <http://www.teleco.com.br>



**FIGURA 06 – MARKET SHARE - TELEFONIA FIXA**



(Fonte: TELECO<sup>2</sup>)

## DESCRIÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa adotada na elaboração deste estudo, quanto aos objetivos, é exploratória, na medida em que visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito. Adicionalmente, o tema em questão é abordado qualitativamente, sem uso de técnicas estatísticas, interpretando fenômenos e atribuindo significados. No que diz respeito ao tipo, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada substancialmente nos pronunciamentos técnicos emitidos acerca do tema, demonstrações financeiras publicadas pelas empresa do segmento de telecomunicações, sua aplicação e os resultados da aplicação desses pronunciamentos, sempre baseada em estudo de caso prático.

Para fins deste estudo, cujo objetivo é a apresentação dos principais impactos contábeis na adoção inicial dos CPCs sobre as demonstrações financeiras do setor de telecomunicações no Brasil selecionamos as duas maiores

<sup>2</sup> TELECO: <http://www.teleco.com.br>

empresas com maior valor de mercado conforme demonstrado no capítulo 1.7.2 – Principais indicadores do setor de telecomunicações. Com base no critério de seleção mencionado acima, obtivemos as demonstrações financeiras das empresas selecionadas e analisamos os impactos contábeis na adoção inicial dos CPCs.

As demonstrações financeiras das companhias selecionadas, são divulgadas ao mercado e arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e também estão disponíveis nos websites de cada uma das empresas, todas com ações negociadas na BM&F Bovespa e na bolsa de New York – NYSE (New York Stocks Exchange). Com base no exposto acima as empresas selecionadas são:

- Vivo Participações S.A., (“VIVO”) sociedade de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo no Brasil, e controlada pelo Grupo Telefónica (Espanha);
- TIM Participações S.A., (“TIM”) sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro no Brasil, e pertence ao Grupo Telecom Itália (Itália);

Analisamos as demonstrações financeiras das companhias selecionadas e identificamos em ambas as companhias, notas explicativas inteiramente dedicadas a divulgação de informações referente a rerepresentação dos saldos das demonstrações financeiras devido aos impactos ocorridos na adoção inicial dos pronunciamentos contábeis emitidos no Brasil.

Com base nas informações coletadas das fontes acima mencionadas, apresentaremos a seguir o resumo dos impactos da adoção inicial dos CPCs divulgados nas demonstrações financeiras de 2009 rerepresentadas em 2010, para as duas companhias do setor de telecomunicações selecionadas (VIVO e TIM). Em seguida, há uma descrição dos principais ajustes.

Os balanços patrimoniais, demonstrações do resultado e conjunto de notas explicativas das empresas pesquisadas contendo os saldos rerepresentados dos

saldos de 2009 com seus respectivos ajustes e reclassificações podem ser consultados no apêndice deste trabalho.

## **IMPACTOS IDENTIFICADOS NA ADOÇÃO INICIAL DOS CPCs NAS EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES PESQUISADAS.**

a) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos eram classificados no ativo circulante ou não circulante, conforme a expectativa de realização. Para atender o disposto no CPC32 / IAS 12, os tributos diferidos foram reclassificados do ativo circulante para o ativo não circulante. Além destas reclassificações, o imposto de renda e contribuição social decorrentes dos ajustes de adoção inicial das *IFRSs* foram classificados como ativo não circulante.

b) **Depósitos judiciais:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os valores de depósitos judiciais dados em garantia a processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários eram apresentados no balanço patrimonial como redutores dos respectivos passivos. Para atender o disposto no CPC 25 / IAS 37, as companhias reclassificaram os referidos depósitos judiciais para o ativo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização.

c) **Planos de benefícios pós-emprego:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os ativos atuariais líquidos dos planos de benefícios pós-emprego não eram reconhecidos contabilmente. Para atender o disposto no CPC 33 / IAS 19, as companhias passaram a reconhecer os ativos atuariais líquidos dos planos de benefício pós-emprego, limitados às restrições de recuperabilidade de superávits aplicáveis a patrocinadores de fundos

de pensão brasileiros. Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios pós-emprego e os montantes referentes a limitações de recuperabilidade de superávits por restituições ou reduções de contribuições futuras estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, não mais gerando impacto no resultado operacional. Conforme determinado pela CPC 33, neste mesmo momento, estes montantes são transferidos para a rubrica de lucros (prejuízos) acumulados.

d) **Encargos financeiros capitalizados:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os encargos financeiros de certos contratos de empréstimos e financiamentos relacionados à atividade de investimento eram capitalizados com base na média dos valores de obras em andamento e depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. De acordo com o disposto no CPC 20 / IAS 23, os custos de empréstimos deveriam ser capitalizados para todos os ativos qualificáveis a partir de 1º de janeiro de 2009 de forma prospectiva conforme solicitado pelo pronunciamento CPC 37 / IFRS 1 e comentado no capítulo anterior.

e) **Reconhecimento de receitas de transações multi-elementos:** Para atender o disposto no CPC 30 / IAS 18, os valores de minutos incluídos nas transações multi-elementos passaram a ser segregados e demonstrados no resultado como receita de serviços quando da utilização de tais serviços pelos clientes. Os devidos ajustes foram efetuados de forma prospectiva, conforme requerido pela IFRS 1 e informadas no capítulo 1.5.1.

f) **Participação de acionistas não controladores:** Refere-se aos efeitos na participação de acionistas não controladores nos ajustes efetuados pelas companhias, provenientes da adoção das IFRSs e é classificado no patrimônio líquido.

g) **Prêmio pago na aquisição de participação de acionistas não controladores:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de

dezembro de 2009, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis.

Para atender o disposto no CPC 35 / IAS 27R, todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores, passaram a ser tratadas como transações patrimoniais, com todos os efeitos registrados no patrimônio líquido, quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados.

Na Vivo, o ágio gerado nas aquisições de acionistas não controladores da TELEMIG, incluindo despesas capitalizadas no processo, foi eliminado contra o patrimônio líquido.

h) **Combinações de negócios:** De acordo com as práticas contábeis anteriormente aplicadas, uma combinação de negócios era registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos. Porém, para fins de aplicação das novas regras contábeis, especificamente a IFRS 3R, a TIM registrou a aquisição da INTELIG considerando: a) o valor justo do custo de aquisição determinado com base na avaliação das ações ordinárias e preferenciais da TIM considerando o valor de mercado (de negociação) das ações em 30 de dezembro de 2009; e b) os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos na combinação de negócios mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição.

Como resultado da avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da INTELIG na data de aquisição da empresa, o valor pago pela aquisição foi superior ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

Referido valor excedente foi alocado como *goodwill* e representado e fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da adquirida, com base em projeções preparadas pela companhia em conjunto com bancos de investimentos.

i) **Reclassificações na demonstração de resultados:** Em decorrência da adoção inicial das IFRSs, descritos anteriormente, e, no intuito de adequar suas

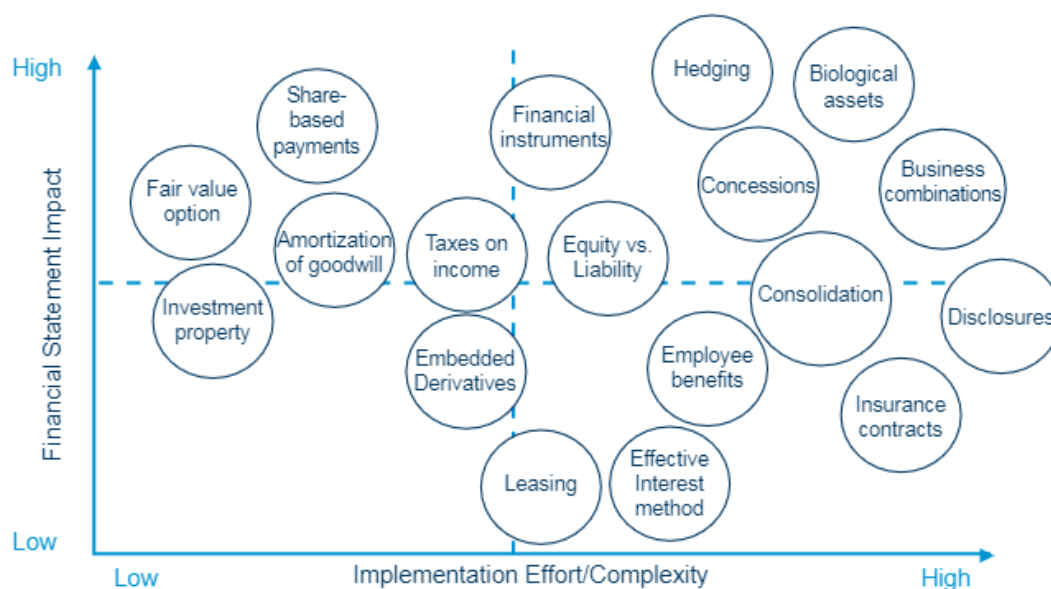
práticas contábeis às melhores práticas internacionais, as companhias efetuaram algumas reclassificações em suas demonstrações financeiras para seguir os padrões de divulgação requeridos pela Norma Internacional de Contabilidade.

### 3.1 – IMPACTOS GERAIS IDENTIFICADOS NA ADOÇÃO DOS CPCs NAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO.

Diversos impactos eram esperados nas demonstrações financeiras no momento da adoção inicial dos CPCs. Na figura 1 abaixo, é apresentada a expectativa do mercado referente aos impactos da adoção dos pronunciamentos contábeis no Brasil para as demonstrações financeiras das empresas e seu grau de complexidade na implementação:

**Figura 1 – Grau De Impacto Da Adoção Dos CPCs Nas Empresas Brasileiras**

#### Old BR GAAP - New BR GAAP/IFRS differences



(Fonte: PwC – The new brazilian Gaap and IFRS 2010 – 2012)

Com base nas informações obtidas nas demonstrações financeiras das empresas pesquisadas conforme descrito no capítulo 2, analisamos os impactos da adoção dos CPCs nas empresas de telecomunicações. Os impactos identificados foram:

Durante a pesquisa bibliográfica feita para esse trabalho, foram identificadas diversas pesquisas elaboradas por empresas renomadas do segmento. Em junho de 2009, a EY<sup>3</sup> publicou um estudo sobre as “*Observações na Implementação da Lei 11.638/07*”, cujo intuito era ajudar as empresas brasileiras no esforço gradual de adoção das novas regras contábeis e também no atendimento das exigências para elaboração de suas demonstrações financeiras. Nesta ocasião, foram selecionadas para a pesquisa 40 Companhias de capital aberto com ações negociadas na BM&F Bovespa e identificadas como integrantes do grupo das cem maiores por capitalização de mercado.

A pesquisa identificou ainda na primeira fase da harmonização das normas contábeis, 186 itens de conciliação distribuídos em dez áreas da contabilidade. Um total de 28 diferenças referentes a instrumentos financeiros foi registrado por 24 das 40 companhias pesquisadas, o que já colocava essa categoria como a que mais registrou diferenças, seguida por ajuste a valor presente e efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

O pronunciamento com maior impacto sobre o lucro das companhias pesquisadas no ano de 2008 foi o CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das Demonstrações Financeiras. Das empresas pesquisadas naquele ano, 14 reconheceram um ajuste, com redução no lucro de R\$ 8 bilhões (9,6%).

O segundo maior impacto sobre o lucro foi gerado pelo CPC 01 – Redução ao Valor recuperável de Ativos (Impairment), apesar de ter afetado apenas sete das 40 empresas. Isso demonstrava que, apesar de raro, um ajuste por *impairment* normalmente tem valor expressivo. O total dos ajustes das sete companhias

---

<sup>3</sup> A EY é uma firma global de serviços de auditoria, impostos, transações corporativas e assessoria em negócios.

resultou em redução do lucro líquido de R\$ 5,7 bilhões (6,8%), uma média de mais de R\$ 800 milhões por companhia que registrou ajuste por *impairment*.

De acordo com este estudo, foram identificados naquele momento os seguintes ajustes significativos para mais de uma companhia no setor de Telecomunicações:

- Capitalização de arrendamentos: os ajustes no setor foram pequenos, abaixo de 2% do resultado do ano. Isso decorria do fato que, nesse segmento, o arrendamento qualificado como financeiro normalmente só se aplica a equipamentos de informática e outros de menor valor;

- Baixa de ativo diferido: observou-se que esse ajuste foi significativo para companhias de telecomunicações que iniciaram as operações após o processo de privatização do setor, conforme identificado nas empresas pesquisadas, uma vez que em diversos casos as despesas iniciais foram diferidas;

- Ajuste ao valor presente: devido ao grande volume de contas a receber das empresas do setor, alguns valores – apesar de não serem de longo prazo – representam um valor total significativo, levando ao registro do ajuste;

- Instrumentos financeiros: impacto gerado principalmente pelo registro de derivativos ao valor justo;

- Impostos diferidos: ajuste decorrente dos efeitos mencionados anteriormente.

Adicionalmente, o estudo já previa que com a completa convergência das Normas Contábeis Brasileiras para as Normas Internacionais de Contabilidade outros ajustes importantes deveriam ser considerados pelas empresas brasileiras, com destaque para os seguintes assuntos:

- Reconhecimento de receita (abordado no CPC 30 - *Receitas*), especificamente no setor de telecomunicações onde há transações com mais de



um serviço (*multiple deliverables arrangements*): de acordo com as *IFRSs*, a receita para este tipo de transação deve ser alocada (separada) para cada um dos serviços prestados;

- Receita de ativação de serviços: de acordo com as *IFRSs* tais receitas são diferidas pelo prazo do contrato ou pela vida média do assinante na base de clientes;

- Programas de fidelidade (*loyalty programs*): de acordo com as *IFRSs*, quando existem tais programas, parte da receita deve ser diferida e reconhecida quando da utilização ou do vencimento do benefício.

Alguns impactos significativos já foram registrados nas demonstrações financeiras das companhias na primeira etapa da convergência das Normas Contábeis Brasileiras para as Normas Contábeis Internacionais, o que ocorreu entre 2008 e 2009, com a emissão pelo CPC e aprovação pela CVM dos Pronunciamentos Técnicos 01 a 14. No entanto, impactos adicionais que poderiam alterar ainda mais o resultado das empresas já eram esperados com a aplicação completa das Normas Internacionais de Contabilidade a partir de 2010.

A partir de 2010, as demonstrações financeiras consolidadas das companhias abertas do setor de telecomunicações e de outros setores foram elaboradas e apresentadas de acordo com as *IFRSs*, conforme emitidas pelo *IASB*.

## **Considerações Finais**

A conversão para os padrões internacionais de contabilidade foi uma verdadeira corrida contra o relógio. A preparação dos profissionais, a mudança de cultura e o pouco tempo hábil para entender todas as normas, pronunciamentos e interpretações foram apenas parte dos desafios enfrentados pelas empresas brasileiras em seu processo de migração para as normas internacionais de contabilidade.

Através das pesquisas realizadas para a elaboração desse trabalho foi possível verificar e concluir que de fato as demonstrações financeiras das empresas do setor de telecomunicações no Brasil foram impactadas significativamente pela adoção inicial dos CPCs bem como as empresas dos demais segmentos, dessa forma temos a certeza de ter atingido o objetivo proposto por esse trabalho de monografia. Observamos diferentes tratamentos dados a aspectos individuais de cada companhia, como combinações de negócios ocorridas em períodos anteriores à data de transição, diferentes tipos de instrumentos financeiros ou até mesmo a análise de *impairment* de ativos que resultaram em impactos distintos sobre as demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

Também foi possível entender melhor com este trabalho que a busca do Brasil pela convergência a um modelo internacional de práticas contábeis e de apresentação de demonstrações financeiras representou um recomeço para a economia nacional e para o mercado de capitais, colocando o país definitivamente em um cenário diferenciado e em total sintonia com os grandes mercados de capitais do mundo. Dessa forma, espera-se que cada vez mais investimentos sejam atraídos e que o mercado acionário brasileiro amadureça, assim como ocorreu na Europa.

Para se alcançar esse nível, muitos esforços foram necessários por parte dos órgãos reguladores do mercado de capitais, do governo, das companhias abertas, da profissão contábil, dos acadêmicos, etc. Além disso, o processo de convergência demonstrou-se complexo e rendeu muito trabalho a todos os envolvidos. As Normas Internacionais de Contabilidade, especialmente o *CPC 37*, são complexas e mereceram análises cuidadosas pelas empresas durante todo o processo de migração.

Finalmente, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras em conformidade com os *Pronunciamentos Contábeis – CPCs* não representam apenas um benefício para companhias, investidores e reguladores mas para todos

usuários das demonstrações financeiras. Sem dúvida que o são, já que o Brasil agora faz parte do cenário internacional e de um grupo de países que apresentam suas demonstrações de maneira comparável.

Sem dúvidas, a adoção dos padrões internacionais de contabilidade no Brasil “tiraram o contador de sua zona de conforto” tendo que ir de fato ao chão de fábrica para poder refletir a essência econômica das transações na contabilidade. A profissão contábil certamente ganhou muito com a evolução, já que mais do que nunca contadores, auditores e demais profissionais da área devem estar em constante desenvolvimento e aperfeiçoamento de forma que andem em linha com o que há de mais moderno no mundo em se tratando de elaboração e apresentação de demonstrações financeiras.

### **Referências**

ANATEL. **Números do setor de telecomunicações. Indicadores de 2007 a 2010.** Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/dados/> acesso em 16 de abril de 2016.

ANDRADE, Arnaldo Rosa. **Planejamento Estratégico: Formulação, Implementação e Controle.** Blumenau, 2002. 30 f. Trabalho de Administração – (FURB).

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm) acesso em 16 de abril de 2016.

CARVALHO, L Nelson. LEMES, Sirlei. COSTA, Fabio M. **Contabilidade Internacional.** São Paulo: Atlas, 2006.

CPCs – Pronunciamentos contábeis – Disponível em: [www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br) acesso em 2016.

ERNST & YOUNG. **Observações na implementação da Lei nº 11.638/07.** Disponível em:

[http://www.ey.com.br/Publication/vwLUAssets/IFRS\\_Journal\\_8/\\$FILE/IFRS\\_Journal\\_8.pdf](http://www.ey.com.br/Publication/vwLUAssets/IFRS_Journal_8/$FILE/IFRS_Journal_8.pdf)

IFRS. **Who we are and what we do**. Disponível em: <http://www.ifrs.org/About-us/Pages/Who-We-Are.aspx> acesso em 01 de maio de 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2002.

MADEIRA, Geová J. SILVA, Cátia B. A. ALMEIDA, Fabiana L. **Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira**. Revista Mineira de Contabilidade. Belo Horizonte: Conselho Regional de Contabilidade de MG. Ano V, n. 16, 4. trim. 2004

MARION, José Carlos. **CONTABILIDADE EMPRESARIAL – ATUALIZADA CONFORME LEI 11.638/07, MP 449/08 E LEI 11.941/09**. São Paulo: Atlas 2009.

MARTINS, Eliseu *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

**Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs®)**. Volume 1 e 2. São Paulo: IBRACON, 2009

PADOVANE, Clóvis Luís. BENEDICTO, Gideon Carvalho. LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **MANUAL DE CONTABILIDADE INTERNACIONAL – IFRS - US GAAP – BR Gaap**. São Paulo: Cengage 2013.

PwC – The new brazilian Gaap and IFRS 2010 – 2012. Disponível em: <http://www.pwc.com.br/pt/ifrs-brasil/publicacoes-sobre-ifrs.html> acesso em 2013.

TELEBRASIL. **O Setor de Telecomunicações no Brasil. Avaliação do Desempenho – 2015**. Disponível em: <http://www.telebrasil.org.br/panorama-do-setor/desempenho-do-setor> acesso em 23 de abril de 2016

TELECO. **Dados históricos**. Disponível em: [http://www.teleco.com.br/mshare\\_hist.asp](http://www.teleco.com.br/mshare_hist.asp) acesso em 09 de abril de 2015.